



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

ATA DO DIA 28 DE ABRIL DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia treze do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. Protocolo de delegação de competências na União de Freguesias de Zebreira e Segura para a exploração de piscina municipal da Zebreira;
3. Protocolo de delegação de competências na União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo para a exploração da piscina municipal de Termas de Monfortinho;
4. Prestação de contas do exercício de 2017;
5. 2.ª Revisão ao orçamento e grandes opções do plano – ano financeiro de 2018;
6. Concessão de exploração da casa Marrocos em Idanha-a-Velha, no âmbito do programa REVIVE.

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, substituído pelo senhor João José Robalo Cabral, da senhora Joana Mata Serrasqueiro Rossa, do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, do senhor Paulo Jorge Freire Rodrigues, substituído pelo senhor José João Martins Remédio, do senhor Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo, substituído pelo senhor Tiago Alexandre Romano Anselmo e da senhora Maria Helena Geraldês Esteves e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha, substituída pela senhora Maria Palmira Carvalho Ramos.

As ausências verificadas estão todas justificadas

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número quatro da sessão ordinária do dia vinte e quatro de fevereiro, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar à mesma.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata não poderiam votar a mesma os senhores deputados Manuel da Fonseca Monteiro, João José Robalo Cabral, José João Martins Remédio, Tiago Alexandre Robalo Anselmo e Maria Palmira Carvalho Ramos.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

Votantes: vinte e um;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a ata foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da correspondência recebida desde a última sessão da assembleia até ao momento.

De seguida informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste período antes da ordem do dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Marcelo, Presidente da Junta de Freguesia de Toulões que disse que “ a Festa da Rosa-Albardeira que se realizou nos dias 21 e 22 de Abril e vai na sua terceira edição superou os objetivos esperados, não apenas pelo número crescente de expositores e de participantes, que excedeu em 7 vezes a população da freguesia, graças ao empenho da organização conjunta da Junta de Freguesia, do Município de Idanha-a-Nova e do Geopark Naturtejo, assim como do reforço dos canais de promoção.

Não foi só a fantástica noite de fados com uma enchente de 400 participantes, no Salão de Apoio à Freguesia, ou pelos 130 participantes na visita temática da Rosa-Albardeira à Serra da Murracha, mas sim porque a Festa da Rosa-Albardeira envolve e é querida por todos os Toulonenses e espelha anualmente os desenvolvimentos de uma estratégia em construção, onde o Património Natural é valor da cultura de Toulões.

A Rosa-Albardeira, conhecida também como Rosa-de-Alexandria no outro lado da Raia, não é única de Toulões. Esta espécie com nome científico *Paeonia broteri* dedicada no século 19 a um dos botânicos portugueses mais famosos, Félix Avelar Brotero, existe desde Trás-os-Montes e Zamora ao Algarve e a Granada.

Tem a particularidade de existir no mundo apenas na Península Ibérica, de ser rara por estar adaptada a um tipo de solos rico em sílica e de precisar da sombra protetora dos sobreiros e das azinheiras e de ter um período de floração de apenas duas semanas, após o qual a planta desaparece. Toulões tem todas estas particularidades por isso queremos ser a primeira “Aldeia da Rosa Albardeira” em Portugal.

A Rosa-Albardeira faz parte de um grupo de plantas conhecidas como as Peónias. Existem cerca de 40 espécies de Peónias conhecidas na bacia mediterrânica e no Extremo Oriente. Há mais de 4000 anos que as Peónias são símbolo cultural na China e do Japão, aplicadas na medicina oriental e na medicina medieval europeia. São também uma flor de grande importância económica, com mais de 140 variedades conhecidas, sendo a Holanda o seu principal produtor com 50 milhões de bolbos vendidos anualmente.

A Rosa-Albardeira, representa assim, não apenas um testemunho do Património Natural, mas também uma oportunidade de negócio.

No ano passado formalizámos uma parceria com Lorsch, cidade “Peónia” Património da Humanidade, sendo recebidos pelo seu presidente no famoso jardim das Peónias, localizado na zona histórica da pequena cidade alemã próxima de Frankfurt. Ao participar na celebração do Pentecostes no mercado de rua desta cidade, promovendo Toulões e os produtos da nossa região, entendemos o potencial económico das Peónias, onde havia plantas em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

vaso a serem vendidas por valores próximos dos 100 euros, mas também os milhares de visitantes e turistas que afluíram a esta pequena cidade para visitar o Jardim das Peónias em flor.

Este foi o nosso primeiro passo para a internacionalização de Toulões – Aldeia da Rosa-Albardeira, mas também uma oportunidade de aprendizagem para o executivo da Junta e do Município de Idanha. A nossa Rosa-Albardeira foi plantada com sucesso nos jardins de Lorsch e está hoje em flor a representar Toulões entre centenas de outras Peónias daquele jardim. Desta mesma forma germinou uma estratégia de desenvolvimento para Toulões baseada numa parceria internacional que entende desenvolver projetos candidatáveis a fundos europeus.

Este ano recebemos na Festa da Rosa-Albardeira a visita de Jutta Weber, coordenadora do Geoparque Mundial da UNESCO de Bergstrasse-Odenwald e da parceria “Peonia” que une hoje Toulões a Lorsch e ao Monte Lushan na China, assim como a Dr. Marie-Luise Frey, diretora de Messel Pit Património da Humanidade e uma das pioneiras do movimento dos geoparques no mundo, do qual Toulões faz parte por se inserir no território do grande Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO. Elas divulgaram a parceria através de um expositor na Festa e apresentaram os seus exemplos no Colóquio Internacional “Rosa-Albardeira, a Oportunidade para Toulões”, naquele que foi o primeiro evento internacional do género na história de Toulões e que, com 100 participantes, tendo a mais velha 94 anos, demonstrou bem o consenso existente sobre a esperança que a Rosa-Albardeira traz para Toulões de criar novas oportunidades de desenvolvimento.

Toulões localiza-se na periferia da Reserva da Biosfera do Tejo Internacional, próximo das Termas de Monfortinho, de Penha Garcia e, portanto, do eixo turístico de Monsanto. Na freguesia temos a magnífica campina de Toulões, uma área de importância para as aves onde se podem observar 125 espécies, uma paisagem rural marcante e, é claro, a Serra da Murracha, um Sítio de Importância Geológica do Geopark Naturtejo Mundial da UNESCO, reunindo as condições necessárias para ser o abrigo da nossa preciosa Rosa-Albardeira.

Julgamos ser necessário reforçar a marca “Toulões-Aldeia da Rosa-Albardeira” enquanto motivo diferenciador de atração deste Município de Idanha ao longo do ano, não apenas como complemento de visita a quem fica hospedado nas unidades hoteleiras do município mas criando condições para que estas unidades hoteleiras venham a surgir em Toulões. Para já, com o apoio da Empresa Sementes Vivas e do Geoparque Naturtejo, estamos a distribuir sementes pelas pessoas da aldeia para que todos possam contribuir, nos seus quintais, para uma aldeia florida.

Plantaremos rosas-albardeiras nos espaços públicos e, porque não, com os parceiros certos poderemos criar a primeira variedade ornamental de Rosa-Albardeira exclusivamente nossa, a **Peónia broteri toulonensis**.

O projeto do Jardim das Peónias de Toulões é assim considerado estruturante para a estratégia de conservação e valorização da Rosa-Albardeira. Este jardim será um foco de atração turística mas também um espaço de **educação ambiental**, pois permitirá ter todas as espécies e variedades conhecidas de Peónias.

Esperamos assim, ao longo dos anos letivos, voltar a encher com crianças e jovens as ruas de Toulões. Este é um projeto ambicioso mas perfeitamente ao alcance de todos.

Tal como foi reforçado pela opinião das alemãs, Toulões têm boas condições e uma rede de caminhos rurais de excelência para a prática de desportos de natureza, incluindo passeios de bicicleta, que poderiam ser promovidos em pacotes turísticos aos operadores alemães especializados em Turismo de Saúde, beneficiando das Termas de Monfortinho a apenas 15 km de Toulões. Assim, é importante criar um percurso pedestre de pequena rota, a Rota



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

da Rosa-Albardeira, que una Toulões a áreas menos sensíveis à conservação da Rosa-Albardeira, na Serra da Murracha, que permitam ainda mostrar a recém-descoberta mina de ouro romana, em estudos desenvolvidos pela equipa do Geoparque Naturtejo. Alguns estudos são ainda necessários para a determinação e monitorização da área da Rosa-Albardeira, de forma a incentivar a sua expansão, nas duas faces da Serra da Murracha. Não menos importante é a inventariação dos sítios arqueológicos da Freguesia de Toulões, que em muito poderão reforçar os valores do nosso património, uma joia em bruto do tesouro que é este concelho de Idanha-a-Nova. Mas um tesouro não se faz sem se poder apreciar e medir individualmente o valor económico das suas joias.

E Toulões é a “Aldeia da Rosa-Albardeira em Portugal”.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João José Cabral que disse que “ quero aproveitar o estar aqui presente hoje para sensibilizar o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores para duas situações. Uma tem a ver com o ruído que se costuma fazer na zona do espaço da feira raiana. Como o senhor Presidente e todos sabem aquilo é uma zona residencial e já por diversas vezes há muito ruído depois da hora normal, e ponho a hora normal como sendo as duas da manhã. Portanto pedia a sensibilização do executivo para isso e para quando passassem as licenças tivessem o cuidado para saber qual é o tipo de ruído que vão fazer ou então que haja outra estratégia em termos de fiscalização para as pessoas que moram ali poderem descansar um pouco e haver mais cuidado com a saúde desses residentes e como é uma competência da câmara municipal aqui estou a colocar o assunto diretamente, porque são muitas as vezes que nós residentes somos confrontados com barulho fora de horas e isso não é permitido por lei.

Uma outra situação que queria por é a seguinte, e acho que é do interesse de todos ou da maioria das pessoas que têm filhos ou netos na escola primária. O estacionamento, que foi muito bem implementada a medida de haver um só sentido na Avenida Mouzinho de Albuquerque entre o Largo do Município e o cruzamento com a Rua Heróis do Ultramar, mas a questão do estacionamento penso que deve ser alterado. Esta situação certamente que terá que ser estudada junto com as forças de segurança, mas também o executivo aí terá uma palavra a dizer. A minha solicitação é no sentido de o estacionamento em vez de ser feito do lado direito, seja feito do lado esquerdo porque é muito mais fácil para as crianças porque ao saírem do carro não atravessam a rua e como é sentido único não faz grande diferença, a não ser que haja outra contra indicação que eu não esteja a ver, acho que seria de todo o interesse.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Manuel Monteiro que disse que “na reunião da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro último, fiz uma intervenção em que abordei a temática dos incêndios florestais onde foram realçados os eventos ocorridos no ano passado, nomeadamente, os números ao nível nacional, distrital e municipal, de incêndios, hectares ardidos e vítimas a lamentar.

Na altura, referi que deveríamos, de imediato, iniciar a preparação da nova época.

Hoje constatamos que a rápida alteração das condições climáticas a que assistimos, em que, no curto espaço de um mês, passamos de uma situação muito preocupante em termos da situação hídrica (escassez de água), para uma situação, digamos, normal de chuva para a época, estabilizando os níveis das albufeiras mas provocando um aumento exponencial da vegetação herbácea, o que se traduz, num incremento do risco de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

incêndio, devido ao aumento da carga combustível, nomeadamente o seu estrato herbáceo, que como sabemos é de inflamabilidade fácil, levando a incêndios rápidos e bastante agressivos, o que nos traz, por outro lado preocupações legítimas quanto à próxima época de incêndios.

Em termos burocráticos e, sem prejuízo do disposto na legislação que regula o serviço municipal de proteção civil, nomeadamente as leis (n.º 27/2006, de 3/Julho e n.º 65/2007, de 12/Novembro), este é orientado pelos princípios básicos que sustentam todo o sistema base da Proteção Civil Nacional, a saber:

O princípio da Prioridade, da Prevenção, da Precaução, da Subsidiariedade, da Cooperação, da Coordenação, da Unidade de Comando e da Informação.

Quero agora levar ao conhecimento desta digníssima Assembleia o trabalho que se tem vindo a realizar no âmbito do serviço municipal de proteção civil.

Desde o início do ano até ao presente já ocorreram no concelho mais de 25 incêndios ou fogachos, sendo a maior parte deles consequência de queimas descontroladas.

Não excluimos, por outro lado, o fator atribuído à elevada pressão mediática dos órgãos de comunicação social, influenciados pelas consequências do catastrófico ano passado e das alterações efetuadas na legislação referente à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Como referi anteriormente, baseamos o nosso plano de ação nos princípios orientadores da proteção civil e, desenvolvemos o nosso trabalho sempre na ótica da prevenção.

De salientar, que, até ao presente, já realizamos a limpeza de 100 hectares de faixas de gestão de combustível da rede secundária, nomeadamente, junto à rede viária e em aglomerados populacionais.

Foram beneficiados cerca de 6km de rede viária rural.

Realizamos 25 ações de sensibilização no âmbito da defesa da floresta contra incêndios em todas as freguesias do concelho, onde foram salientadas as alterações à legislação e quais as obrigações que devem ser cumpridas pelos proprietários dos edifícios isolados e proprietários de terrenos adjacentes aos aglomerados populacionais.

De destacar, neste âmbito, o papel e a disponibilidade demonstrada pela GNR, nomeadamente da Equipa de Proteção da Natureza, que não regateou esforços e sempre nos acompanhou nas ações de sensibilização.

Quero aqui reforçar, uma vez mais, junto dos senhores Presidentes de Junta, a disponibilidade total do serviço municipal de proteção civil, para se deslocar às freguesias, as vezes que acharem por convenientes e necessárias, para cabal esclarecimento dos munícipes.

Foi também já aprovado em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta, onde estão presentes as diversas entidades que a compõem (ICNF, BVI, GNR, Juntas de Freguesia, Associações de produtores florestais, a ARBI, PNTI) o Plano Operacional Municipal, que consiste no documento que explana toda a estratégia preparada para a próxima época de incêndios, nomeadamente, o posicionamento das várias equipas do serviço municipal de proteção civil, bombeiros e privadas em locais estratégicos, para realização de vigilância, bem como a definição dos setores de 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós rescaldo.

Dá-se ainda relevo à elaboração do regulamento municipal do uso do fogo e limpeza dos terrenos que seguirá em breve para consulta pública, vindo a colmatar uma lacuna existente na legislação, onde não existe a obrigatoriedade de se efetuar a limpeza dos terrenos, incluídos nos aglomerados populacionais, por parte dos seus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

proprietários, sendo esta, uma situação onde se verificam quadros de maior gravidade em algumas das freguesias do concelho.

Com o objetivo de fortalecer o serviço municipal de proteção civil e, como é do conhecimento de todos, encontra-se a decorrer o concurso para preenchimento de 15 postos de trabalho, dando assim condições, para que no âmbito da prevenção se possa reforçar, não só o número de equipas, com mais uma equipa, mas também as existentes.

De reconhecer, uma vez mais, o esforço realizado por parte da câmara municipal, contribuindo assim para a consolidação da estratégia delineada no âmbito da DFCL.

Quanto a candidaturas ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), foi submetida mais uma no âmbito da ação 8.1.3. para realização de rede primária, no valor de cerca e 800.000,00 €, abrangendo as freguesias de Alcafozes, Idanha-a-Velha, Toulões, Salvaterra do Extremo e Monfortinho. Esperamos com expectativa que mereça aprovação por parte das entidades que analisam a mesma.

Aproveitamos ainda para referir que neste momento estamos a preparar uma nova candidatura ao anúncio de abertura de procedimento concursal n. º06/0128/2018, que preconiza a realização de Faixas de Interrupção de Combustível – em áreas não prioritárias, em que planeamos executar cerca de 140km de faixas junto à rede viária do concelho, apresentando a mesma um valor aproximado de 208.477,00€.

Como corolário poderemos referir que nas variáveis determinantes na ocorrência e dimensão dos incêndios, temos tido uma ação mais objetiva sobre aquela que influencia mais diretamente o comportamento de um incêndio - a carga de combustível.

Temos também consciência que a dimensão do concelho e os seus mais de 4000 km de rede viária em Plano Municipal de Defesa da Floresta nos dificulta a realização de grande parte do mesmo, o que nos leva obrigatoriamente a ser mais objetivos, optando então pelas estradas da rede viária com maior tráfego e onde a probabilidade de ocorrência de incêndios é maior.

Aqui poderemos também contar com a ajuda de uma associação de produtores florestais que irá realizar, a suas expensas, o serviço de limpeza na rede primária, durante o mês de maio, na estrada municipal entre Proença-a-Velha e Medelim.

A finalizar, gostaríamos que, quando terminasse a época de incêndios, se ouvisse dizer como no ano passado - "Idanha teve sorte". Sabemos, por experiência própria, que a sorte não é elemento único para o sucesso da nossa estratégia.

Temos a consciência de que nos espera um verão de grande trabalho em prol de um concelho que queremos cada vez mais verde, por isso nos preparamos para o pior, mas fazendo parte da solução."

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que "o que me traz aqui é na sequência de um passeio e de conversas com diversas pessoas e foi-me informado que a freguesia de Segura não tem ETAR e com as minhas preocupações ambientais sempre em cima da mesa trago aqui este assunto para ser esclarecida e depois poder dar alguma resposta à pessoa que me expos este assunto. Uma outra coisa que também me está a preocupar, e por isso pergunto, porque não sei se a EDP fez alguns trabalhos no concelho porque nota-se que as lâmpadas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

iluminação pública e também nas habitações fazem muitas intermitências e não sei se é porque estão a acontecer alguns trabalhos ou por outra qualquer razão, porque já há várias pessoas a falar sobre o assunto. Outro assunto que eu também vou falar era se o tal portão que está no caminho que dá acesso à barragem Marechal Carmona nas imediações do terreno onde se realiza o Boom é privado ou não, porque as pessoas querem aceder à barragem e não o podem fazer porque o caminho está barrado com um portão fechado à chave. Esse portão não poderá estar fechado simplesmente com um trinco?”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Albano Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que disse que “ eu hoje vou arriscar-me a ter aqui uma reflexão política, coisa que não é meu hábito, nem sei se sei fazer dada a minha inexperiência mas vou arriscar. Os últimos anos têm sido de facto muito surpreendentes e ricos politicamente. Houve um acordo com os partidos da esquerda que trouxeram para a ribalta do poder político partidos que habitualmente não estavam lá, e têm todo o direito a estar lá, que eu saiba não têm nenhuma doença contagiosa e portanto têm todo o direito a estar nos corredores do poder. É claro que isto tem consequências e tem mudanças e uma das mudanças que também acho muito curiosa é que é um acordo com a esquerda chama-se geringonça, o que em si mesmo eu não posso aceitar muito isto porque é desvirtuar um acordo que se faz em termos democráticos e não há geringonças em democracia, há coisas que funcionam ou há coisas que não funcionam, e portanto ao dizer isto, reflete alguma falta de respeito pela diferença que os outros possam trazer em termos políticos. Eu saúdo este acordo, mas também saúdo o acordo que recentemente foi feito, e não lhe vou chamar geringonça porque então tinha que lhe chamar o” geringonço” porque foi feito com o PSD e eu não vou a chamar nomes a nada. Eu de facto saúdo o acordo que foi feito, porque este acordo mostra que, e desculpar-me-ão que enquanto a esquerda está aqui entretida com várias situações o PS faz um acordo com a parte direita do seu espetro político tendo em vista a atribuição de fundos comunitários, o novo programa comunitário e a descentralização política do país. E é sobre isto que eu queria tecer aqui algumas considerações.

De facto ao pensar e ao preparar-me e ao meditar um bocadinho sobre o que iria dizer hoje cheguei à conclusão que as juntas de freguesia são uma espécie de carrinha de caixa aberta do regime. A carrinha está aberta, é preciso meter lenha, põe-se em cima da carrinha, é preciso ir apagar um fogo, vai lá a carrinha, é preciso concertar um algeroz, vai lá a carrinha, mas depois aparecem os doutores em Lisboa que dizem assim, *oh pá você anda a trabalhar pouco com a carrinha*, e desaparece a carrinha. Mas então as pessoas queriam que eu comprasse a carrinha, estão contentes comigo, desaparece, acabam-se algumas freguesias. E depois vem outro doutor de Lisboa e diz assim, *você o que precisa mesmo é de uma carrinha maior*. Mas eu não tenho dinheiro para a carrinha pequena como é que vou ter dinheiro para a carrinha maior? *Oh homem quando eu falo é porque tenho dinheiro, portanto você cale-se e cumpra*. E fazem-se fusões de freguesias.

Esta forma de tratar um poder autárquico que é eleito, não me parece de facto muito respeitosa, não me parece muito politicamente correta e isto leva-me a fazer aqui algumas perguntas. Com os acordos que tem vindo a ser feitos, com a esquerda e com a direita, com as novas alterações que se prevê que aí venham relativamente à descentralização, o que é que se vai passar? Qual é o papel das freguesias no meio de tudo isto? Vamos trocar todos por uma carrinha maior e fica só uma carrinha? Vamos vender a carrinha que temos? Vamos meter gasóleo ou super? O que é que vamos fazer?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

Esta situação de que as freguesias servem um pouco para tapar buracos e dar recados não é uma situação que seja muito confortável para nós que temos até que justificar, como eu tive que justificar ontem qual era o meu vencimento na Junta de Freguesia, porque pensava-se que eu ganharia mil setecentos e cinquenta euros. Para quem não sabe, e penso que todos saberão, são duzentos setenta e cinco euros mensais, para além de que a minha carrinha é um mercedes, e desculpem mas é o meu carro e é o que serve para transporte até a máquina de cortar roçar.

Portanto muito rapidamente e sem querer maçar e sem querer trazer para aqui, e muito menos eu não represento as outras freguesias, eu não represento mais ninguém, a não ser eu próprio e a minha freguesia, mas a minha reflexão é esta, o que é que vai acontecer? O que é que vamos ter? Vamos ter descentralização de quê? E como se paga e como se faz? O que é que vai acontecer no futuro próximo? Porque de facto há coisas que estão a acontecer, há coisas que saem nos jornais e o que é que vamos fazer com as freguesias? As freguesias não podem servir só para darem recados, para fazer transportes de lenha e para arranjar algerozes. As freguesias têm que ter um papel maior, têm que ter um papel, que aí sim, eu reivindico para a minha e também para todas, as freguesias têm que ser mais atuantes no panorama político português e mais prestigiadas, porque eu nem sempre sinto muito prestígio, porque me dizem que não fazemos nada, não têm nada que fazer. Portanto eu penso que há todo um trabalho que é preciso fazer aqui e há todo um repensar o papel das freguesias, da ligação das freguesias com o poder autárquico que eu gostava, senhor Presidente, se fosse possível partilhar a sua reflexão comigo sobre o que é que está a acontecer penso que poderia ser útil.

Sem querer maçar-vos em fevereiro deste ano redigimos aqui uma moção sobre os CTT, não vou ler a moção, mas leio apenas as conclusões *A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova solicita ao governo que obtenha junto da administração dos CTT informação sobre o seu plano estratégico para o concelho de Idanha-a-Nova, sensibilizando a administração dos CTT para a dispersão geográfica e distâncias quilométricas à sede deste concelho, que exija junto da administração dos CTT o cumprimento rigoroso do serviço público contratualizado.* Senhor Presidente da Assembleia eu gostaria de saber se tivemos alguma resposta, se aquilo que nós perguntamos ao governo tem acolhimento por parte do governo e se não tivemos nenhuma resposta gostaria que fosse, de alguma forma, feita uma insistência, porque de facto também é nesta área que há movimentações e eu digo-vos que, por experiência de alguns anos, os postos de correio são fundamentais para as nossas populações, os postos de correio, a farmácia, a escola, a junta de freguesia se desaparecerem, meus senhores então não vale a pena lutar muito contra a desertificação, porque a desertificação aí acelera.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ começo por congratular-me com as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Toulões e das suas palavras sobre a rosa-albardeira, que é um dos nossos festivais, tem sido a nossa aposta neste tipo de festivais pelas nossa freguesias para promover o nosso património, a nossa riqueza e fazer destes festivais oportunidades de desenvolvimento do concelho de Idanha .Portanto fico muito satisfeito com as suas palavras e com a sua visão para os Toulões que é a visão para o concelho de Idanha integrado no Geoparque Naturtejo e que podem ter a partir do nosso território oportunidades não só para a promoção e desenvolvimento a nível local, mas também regional, nacional e até internacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

O senhor deputado João Cabral falou aqui em duas situações, o ruído na feira raiana, obviamente iremos ter isso em conta, as atividades que aí acontecem são muito dos alunos da Escola Superior de Gestão, são atividades que nós temos também fazer com que aconteçam para que os alunos gostem de estar em Idanha e não tenham, como acontecia há uns anos atrás, ir para Castelo Branco com todos os inconvenientes que isso trás, mas teremos que conciliar esses dois interesses que são os da população que aí vive e que querem ter o seu descanso com também esta disponibilidade que a Idanha tem que ter para que os seus alunos aqui fiquem. Sobre a questão do estacionamento é algo que já se colocou em outras ocasiões, e está do lado direito por causa da saída dos alunos dos autocarros que é feito para o lado direito e se o estacionamento fosse do lado esquerdo a saída dos alunos dos autocarros seria para o meio da rua, o que seria, em termos de segurança, muito complicado, mas havemos de estudar isto para arranjar uma solução.

O senhor deputado Manuel Monteiro falou na questão dos incêndios florestais, e como sabem é uma preocupação de todo o país e tem sido sempre uma preocupação nossa, temos investido muito em termos de prevenção e já nesta sessão iremos propor naquilo que é o saldo de gerência, o reforço de um conjunto de rúbricas e uma delas é para os bombeiros, numa estratégia que tínhamos definido, assim como para a proteção civil. Este ano pensamos quase duplicar o nosso investimento em prevenção sem qualquer tipo de apoio ou subsídio por parte de estratégias do estado, que também são muito significativas para o nosso território com a criação de uma brigada a nível da Comunidade Intermunicipal, com mais uma equipa de sapadores no âmbito do Parque Natural do Tejo Internacional e portanto com tudo isto iremos ter muitas mais equipas, reforço também dos bombeiros voluntários com mais elementos a trabalhar a tempo inteiro e mais e melhores equipamentos, mas é sempre pouco para a prevenção que temos que fazer para não termos calamidades e felizmente o concelho de Idanha não sofreu as calamidades que outros concelhos sofreram na região centro e houve quem dissesse que tivemos muita sorte e nós dizemos sempre que a sorte dá sempre muito trabalho, não estamos livres de ter problemas complicados graves porque temos 1417 quilómetros quadrados e estamos a falar de 4000 quilómetros de rede viária, estamos a falar de 4000 hectares de rede primária, é muito património natural e para fazer esta manutenção, como mandam as regras, eram precisos muitos milhões de euros que nós não temos, e nem o estado tem essa disponibilidade, portanto tem que ser um trabalho conjunto da proteção civil com as nossas equipas, dos bombeiros voluntários, das freguesias e dos cidadãos. Os cidadãos que são proprietários de terras têm aqui uma missão importante e todos somos poucos para estar vigilantes para prevenir um património que nós queremos que se mantenha.

A senhora deputada Maria de Lurdes Boavida referiu-se à ETAR de Segura e nós ainda temos um conjunto de sistemas no concelho de Idanha que estamos a trabalhar profundamente a sua reformulação, é o caso de Segura, como era o caso de Salvaterra, como é o caso de Toulões e de Proença-a-Velha, onde temos uma estrutura que herdamos e que no seu tempo foi o que se decidiu fazer, e que atuamos primeiramente com um conjunto de empresas que nos deram apoio para haver um sistema de tratamento de águas residuais, de modo a que a água quando saísse para a natureza saísse com as condições que são exigidas por lei. E isto está garantido em todos estes sistemas referidos e foi algo que fomos procurar de imediato para que não estejamos nós a contribuir com águas que não saiam da melhor qualidade das estruturas que nós neste momento temos. No caso de Segura também fizemos algumas pequenas obras de manutenção para podermos fazer estes tratamentos e assegurar isso e o que temos em projeto, que está muito adiantado, e como sabem no ano passado quando contraímos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

empréstimo tínhamos projetado já esta situação e o que procuramos são as melhores soluções que existem no mercado e as soluções também mais ecológicas. Temos tido aqui a visita de um conjunto de empresas, procuramos a colaboração da Quercus e está connosco a trabalhar não só o compromisso que a Quercus teve em ajudar-nos em Salvaterra e pedimos para nos ajudar no resto das situações que temos no concelho de Idanha e há cerca de quinze dias recebemos uma proposta de uma empresa que nos propõe fazer uma solução e que estaremos em condições de poder uma consultadoria para implementarmos depois da ETAR que iremos colocar, haver uma fase posterior com o tratamento das águas que saem da ETAR, que estão em boas condições ambientais, mas que depois ainda vai ter um tratamento com plantas de modo quando a água sair efetivamente para os cursos de água sai com grande qualidade ambiental. E é isso que queremos aplicar em Segura e depois, a pouco e pouco poderemos ir implementando em todos os outros sistemas do concelho.

Quanto à questão da EDP não tenho conhecimento de nenhuma alteração que existam, mas estamos efetivamente a trabalhar para fazer um caderno de encargos para um concurso de novos fornecedores que pode ser a EDP ou outros que existam no mercado e que ofereçam o melhor preço. Estamos também a pensar alterar todas as nossas iluminárias para passarem a ser da tecnologia LED e com isso baixarmos muito a nossa fatura energética.

Os caminhos de acesso ao Boom existe aqui um conjunto de dificuldades, e este é uma delas, mas o caminho que falou que é o do acesso à barragem, existem propriedades da empresa que gere o Boom como há um conjunto de outras propriedades à volta da barragem que também fecharam a sua passagem que se identificam que desde sempre se utilizaram, mas em termos jurídicos estamos a ver isso, até à volta da barragem para podermos salvaguardar os interesses de todos e os seus proprietários também possam salvaguardar os seus direitos enquanto proprietários.

Relativamente à questão da descentralização colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, eu sou daqueles que e até enquanto membro da assembleia geral da ANMP e da seção de Municípios de baixa densidade e do mundo rural, tenho lutado e tenho opinado a favor da descentralização, de maior autonomia municipal, aliás o estudo que fizemos com o professor Augusto Mateus das conclusões salientou-se o reforço da autonomia municipal, e diga-se Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, o índice, segundo Augusto Mateus, em Portugal é na ordem dos 14% e a média europeia é na ordem dos 25%, portanto temos aqui um longo caminho a percorrer para chegarmos a valores mais próximos da média europeia e este é o desafio que penso que se coloca atualmente, até porque o acordo de facto entre o PS e o PSD, naquilo que sabemos e daquilo que eu conheço da ANMP, o objetivo é que todos os outros partidos possam participar dando as suas sugestões para que a descentralização vá ao encontro daquilo que são os anseios das juntas de freguesia, das câmaras municipais, acompanhadas, obviamente, do respetivo pacote financeiro que pague as atribuições que possam ser feitas a partir das juntas de freguesia e das câmaras municipais. Muitas dessas atribuições nós já as fazemos, sem qualquer pacote financeiro e falamos nas questões da educação, da saúde e da segurança. Eu sou um otimista e acredito que isso venha por bem para todos nós, até porque as juntas de freguesia, como aqui falou e muito bem, estão muito próximas dos cidadãos, assim com as câmaras municipais, face a outras estruturas da governação como é a administração central que definem tudo a partir do Terreiro do Paço muitas vezes não conhecendo a realidade do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

país, e quando definem são políticas que são iguais para todo o país que é um país com muitas diferenças entre o litoral e o interior e entre o norte e o sul e por isso terão que haver estratégias diferentes.

No que se refere aos CTT ainda não temos qualquer informação mas vamos ter que insistir para perceber a estratégia com a importância que sabemos todos que tem os CTT assim como os diferentes serviços estarem junto das populações.”

Terminada a discussão do período antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ só pegando aqui nesta, e sei que estamos no período da ordem do dia, mas não queria estar a desperdiçar duas intervenções minhas para não fazer perder muito tempo aos presentes, mas venho saudar a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim, membro desta assembleia, porque de facto é sempre uma questão muito importante qual é o papel das nossas juntas de freguesia, especialmente em concelhos relativamente despovoados, envelhecidos como o concelho de Idanha-a-Nova. É raro vermos aqui intervenções vermos aqui intervenções, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia já nos habituou às suas intervenções e preocupações acerca da sua população, mas é raro vermos intervenções deste género por parte dos demais presidentes de junta, mas isto não é uma crítica que estou a fazer, porque na verdade vemos as aflições e às vezes as preocupações em gerir um orçamento tão curto com tanto a fazer e com populações tão carenciadas e necessitadas e não digo ao nível do dinheiro, mas digo ao nível do poder fazer e do conseguir fazer. Estas preocupações vêm sempre ao encontro aquilo que nós temos vindo a defender, quer na discussão dos orçamentos quer depois no reflexo das prestações de contas. Estimo aqui as palavras e gostei de ouvir as palavras do senhor Presidente da Câmara quando defende as preocupações e também uma descentralização ao nível dos municípios, é necessário dotar os municípios e reforçar o seu poder, a sua intervenção e a sua necessidade de apoio à população. Mas isto reflete-se em quê para as juntas de freguesia? Temos vindo a assistir que efetivamente as nossas câmaras municipais têm mais intervenção ao nível da saúde, mais intervenção especialmente ao nível da educação, ao nível das escolas da contratação de professores, de auxiliares, de refeições, de transportes escolares, mas o capítulo das transferências para as juntas de freguesia não tem aumentado na medida das necessidades das juntas de freguesia, aliás as justificações que aqui vêm sempre trazidas é que, e quando perguntamos porque é que as transferências para as juntas de freguesia são sempre inferiores às transferências para outras entidades, de solidariedade social ou designadamente, e lembro-me aqui, do CMCD? Uma entidade cultural e a resposta é porque as juntas de freguesia pedem que o apoio seja dado diretamente a estas entidades. Senhor Presidente, esta justificação já não cola, até porque é explícito aqui o apelo que é feito, é necessário dotar as juntas de freguesia de meios para o apoio às populações e para que não tenha, e nós sabemos que não é só o senhor presidente da junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

de Medelim há muitos senhores presidentes de junta deste concelho e outros que dão a sua própria camisola pelo apoio às suas populações, mas isto não deve ser feito apenas com a boa vontade de um senhor presidente da junta, tem que haver uma organização muito específica, muito concreta, tem que se dotar os senhores presidentes da junta de instrumentos que eles próprios saibam com o que contam para não andarem um pouco ao sabor do vento e ao sabor de pequeníssimas transferências que lhes sejam feitas. E por isso as questões aqui colocadas e eu não vi respondidas, qual o rumo, para onde vamos, o que é que nos vai ser proposto, é necessário fazermos aqui um debate e irmos perguntando para que quando vier a descentralização de Lisboa não tenhamos que cruzar os braços e contentar-nos com ela, e portanto esta assembleia também é o veículo de poder transmitir, quer ao governo, quer às várias entidades que regulam esta matéria quais é que são as nossas preocupações e o que é que nós queremos para o nosso município e para as nossas juntas de freguesia.

Passando à análise da situação financeira gostaria só aqui de colocar algumas questões dado que se verifica efetivamente aos prazos de pagamento que continuamos a aumentar, estamos em 43 dias, já não é propriamente insignificante este prazo de pagamento. Relativamente aos montantes de execução, por exemplo da receita de capital, bem sei que estas receitas estão dependentes daquilo que se recebe do estado, estamos com um nível de execução efetivamente muito reduzido nesta altura do ano, 7,56%. Relativamente à aquisição de bens gostaria de perguntar a que se destina esta aquisição de serviços de consultadoria fiscal na área do IVA à firma KPMG e Associados, julgo, mas o senhor Presidente me esclarecerá, que há bem pouco tempo fizemos uma contratação para a consultadoria financeira e vem aqui esta aquisição de serviços, e temos aqui outra aquisição de serviços para assessoria económica e financeira ao >Município de Idanha-a-Nova, uma no valor de 35 000,00 euros e outra no valor de 32 400,00 euros, a que se destina, quando há algum tempo atrás já tínhamos discutido aqui aquisições de serviços neste sentido. Depois apenas sublinhar que na verdade continuamos com valores muito elevados no âmbito da organização e gestão de eventos, quer de aquisição de equipamentos e de serviços, e portanto são efetivamente valores, bem sei que este tipo de eventos dinamizam as freguesias, mas temos que olhar que todos os anos se gastam efetivamente valores muitíssimo altos até ao final do ano, que temos que perceber o retorno, retorno esse que nunca nos é demonstrado. De qualquer das formas pretendia também perguntar aqui relativamente à aquisição de serviços na modalidade de avença para a monitorização da atividade desportiva no ginásio municipal de Idanha-a-Nova, há aqui um compromisso sério em termos de valor e este valor, pelo que se percebeu é até 2021, portanto não é um compromisso plurianual que abrange 2018, 2019, 2020 e meados de 2021, mas de qualquer das formas o que é que se vai fazer no ginásio para além de todas as atividades que provavelmente já estão planeados em termos de escola e juntando esta monitorização de atividade desportiva e a aquisição de serviços de especialidade de enfermagem, estas duas rúbricas vão servir efetivamente para quê? Perguntar também, por uma questão de curiosidade, há aqui uma série de aquisição de serviços de transportes escolares em táxi, e compreende-se que há zonas de facto bastante dispersas e que é necessário transportar as crianças, mas vejo um serviço de transporte de táxi entre Ladoeiro e Idanha-a-Nova e não compreendo esta situação quando há transporte escolar de Idanha-a-Nova para o Ladoeiro e vice-versa.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ foi noticiado que a câmara municipal apoiou na área da saúde cirurgias oftalmológicas e consultas de dermatologia e tratamentos, como não está aqui escrito no documento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

esse apoio, e este documento refere-se ao período de 10 de fevereiro a 11 de abril, pergunto se estes apoios foram dados antes ou depois deste período.”

Terminada a intervenção da assenhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse que “ respondendo à senhora deputada Susana Martins que tem sempre o mesmo discurso sobre as juntas de freguesia mas não a vi assim com essa força aqui a defender as juntas de freguesia quando foi da sua extinção no governo do PSD, aliás nós aqui votamos todos contra a política do seu partido no governo anterior e contra a extinção das juntas de freguesia. Esta reorganização das juntas de freguesia, como sabe, foi aqui discutido e nós fomos dos que defendemos a não extinção de nenhuma junta de freguesia, mas a verdade é esta, os senhores deputados do PSD não votaram contra a extinção das juntas de freguesia nomeadamente nas áreas rurais. Nós aqui votamos contra e o governo de então até fez chantagem no sentido de se nós votássemos a favor reduziriam menos o número de freguesias no concelho de Idanha e nós, por uma questão de princípio, em defesa das juntas de freguesia foi votar contra essa política que só levou a mais despesismo do estado, só levou a que o estado abandonasse os territórios do mundo rural e a realidade é que nós defendemos as freguesias e as verbas que a câmara municipal que eu presido, e que a presidência da câmara anterior também o fez, foi pelas verbas escassas que o governo transfere para as juntas de freguesia, nós fazemos já a descentralização, não recebendo mais nada por isso, das verbas que são da câmara municipal e nas atribuições que tem por lei para fazer o seu trabalho em todo o concelho de Idanha, e portanto das nossas verbas transferimos todos os anos verbas para as juntas de freguesia para reforçar de facto as suas atribuições e dar-lhes mais condições para conseguir levar a sua missão de estar perto das populações. A tal carrinha que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Medelim não funcionaria com certeza se nós não lhe mandássemos verbas que são da câmara municipal e que não há nada na lei que nos obrigue a fazer isso, mas nós entendemos que o papel das juntas de freguesia é importante junto das populações e com o nosso reforço de verbas podem cumprir melhor a sua missão. E não são só as verbas financeiras, estamos também a falar de equipamentos para as atividades culturais e sociais, os nossos colaboradores, os materiais que são necessários, portanto tudo isto depois são contabilizadas, e essa contabilização refletiu-se, nomeadamente o ano passado em mais de um milhão de euros. Achamos que ainda é insuficiente, achamos, e por isso cá estamos na luta por estas questões da autonomia municipal e conseguirmos o maior reforço de verbas. Também a nós ninguém nos obriga a termos que ter despesa nas áreas da saúde, nas áreas da educação e ao contrário do que disse não tínhamos que ter esta obrigatoriedade, mas também se o não fizemos sabemos que mais populações do concelho de Idanha sofrem com isso em áreas absolutamente vitais para o nosso desenvolvimento. Como disse aqui, e bem, falou num conjunto de entidades como são as IPSS's também não há nada que nos obrigue a que nós tenhamos que dar apoio às IPSS's ou às associações do concelho de Idanha, como é o caso do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, que não é uma associação cultural, é uma associação na área da cultura, da educação, da saúde, da ação social, que apoia nomeadamente o empreendedorismo, e tudo isso é a favor do concelho de Idanha e toda a sua estratégia de desenvolvimento.

Retorno dos eventos, bem, continua sempre com o seu discurso de que não há retorno dos eventos, e vemos aqui o senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Toulões a demonstrar o retorno do investimento que fazemos, não só nos Toulões, e aqui estamos mais uma vez a demonstrar mais uma forma de apoiar as juntas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

freguesia que não é só com o dinheiro, o esforço que a câmara municipal faz conjuntamente com o esforço que a junta de freguesia faz, com as entidades as populações de todas as freguesias, é a forma de criarmos a autoestima das populações, quanto é que isso vale em termos de euros? Vale muito em termos da nossa população sentir-se bem e sentir que a sua terra é uma terra de oportunidades, de desenvolvimento, de convívio, de retorno da sua diáspora e para além disso é isso que tem feito com que nós no concelho de Idanha tenhamos conseguido resultados, é o conjunto de todas estas ações que fazemos no concelho de Idanha que nós tenhamos conseguido resultados a nível nacional e internacional. Nós hoje somos a única bio região de Portugal numa rede de bio regiões da Europa e do Mundo, que é o retorno que fazemos destes eventos que fazemos por todo o concelho de Idanha, mas também a senhora deputada quer falar em números, então vamos falar em números e isto mede-se pelas estatísticas e nas estatísticas todo este nosso trabalho faz com que a Idanha o ano passado no conjunto dos trezentos e oito municípios e nos cem municípios da região centro no ranking do city Brand que mede três parâmetros, negócios, talento e turismo, nós estamos em 33.º lugar e em 117.º lugar dos 308 municípios do país. Portanto como disse estamos com estes valores da nossa população demográfica, somos o terceiro município com menor densidade demográfica no país mas temos estes resultados extraordinários. No ano passado crescemos dez por cento, invertemos o fluxo migratório no concelho de Idanha, portanto crescemos no número de alunos no concelho, estamos em 12.º lugar a nível nacional na taxa das novas empresas nos municípios deste país. Portanto estes são os resultados que conseguimos com os eventos e aqui está o retorno bem visível. Ainda temos muito que fazer e muito que crescer, mas mesmo por isso sentimo-nos bem porque do investimento que fazemos estamos a conseguir ter retorno e não sou eu que o digo, são os números e os números destes rankings que foram tornados públicos.

As aquisições de serviço que falou, é verdade que nós investimos e nós hoje já gerimos um orçamento que é muitíssimo significativo, e este orçamento implica que nós saibamos fazer uma boa gestão do que temos, temos bons colaboradores, mas hoje gerimos muito dinheiro que importa que o saibamos fazer cada vez melhor e fazendo-o cada vez melhor, por exemplo co a KPMG que são especialistas na recuperação do IVA, andamos a discutir com as finanças e temos processos em tribunal porque achamos que temos direito e eles acham que não temos e portanto desta luta o que conseguimos é dinheiro que vem e obviamente do que vier pagaremos uma parte à KPMG porque assim é o contrato, se nada recebermos nada pagaremos. Assim como também na área económica e financeira o objetivo é podermos saber que os investimentos que fazemos, o retorno que tiramos é o melhor, somos um agente económico que se soubermos trabalhar bem as disponibilidades que temos, a capacidade de podermos ter mais receitas, de otimizar os custos e despesas que temos, quanto mais soubermos otimizar isto, mais dinheiro temos para aquilo que efetivamente a câmara municipal necessita ter para a coesão económica e social, para ajudar as pessoas, para ajudar a economia, e nós temos uma obrigação, 'ser muito eficientes e quanto mais eficientes formos os nossos recursos financeiros estão a ser utilizados para aquilo que necessitamos.

As prestações de serviços das piscinas são efetuadas para prestar apoio aos nossos cidadãos que estão no concelho de Idanha a nível de natação, exercício físico e de lazer.

A senhora deputada Maria de Lurdes Boavida referiu as consultas médicas e nós já falamos aqui várias vezes e a área da saúde é uma área onde estamos a trabalhar de uma forma muito significativa porque à semelhança da educação possamos ter uma saúde de proximidade que faça com que os cidadãos de Idanha se



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

sintam com conforto e segurança, e fizemos um acordo com a Fundação Álvaro Carvalho, em colaboração com o Serviço Nacional de Saúde, e como temos poucos médicos especialistas a nível distrital e a dermatologia é um deles e como há diversos utentes necessitados de consultas neste ramo e por isso estabelecemos um protocolo com a fundação e começámos com a dermatologia há relativamente pouco tempo e foi já depois desta informação que aqui veio um médico pro-bono a dar estas consultas. No caso da oftalmologia já decorreu no ano passado em que a fundação além das consultas participou 50% as operações às cataratas, a Câmara Municipal participou com os outros 50% e cidadãos de Idanha puderam assim fazer operações às cataratas que de outra forma demoraria mais a fazer já que se encontravam em lista de espera e este ano vamos continuar nessa situação e iremos fazer também consultas, e como sabem na área da neurologia habitualmente temos aqui a colaboração de um médico neurologista que é uma especialidade que também não temos disponível com a necessidade que tínhamos a nível distrital e uma lista de espera bastante grande, e no concelho de Idanha temos essa especialidade todos os meses com o neurologista que desta forma consegue que a população do concelho de Idanha tenha esta oferta.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUEIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA ZEBREIRA - O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa ao *PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUEIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA ZEBREIRA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ZEBREIRA E SEGURA PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA ZEBREIRA.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUEIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa ao *PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUEIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONFORTINHO E SALVATERRA DO EXTREMO PARA A EXPLORAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DE TERMAS DE MONFORTINHO.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão iria ser suspensa por um período de dez minutos para preparação da sala.

Terminado o período de suspensão dos trabalhos o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 -

O senhor Presidente da Assembleia informou da metodologia a seguir na discussão deste ponto da ordem de trabalhos. Assim disse que primeiramente seria feita uma apresentação pela doutora Carla Santos, chefe de divisão financeira e patrimonial, posteriormente os grupos municipais as suas intervenções, seguidamente será dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para as considerações finais, se nada mais houver a acrescentar.

Seguidamente deu a palavra à doutora Carla Santos que disse que “ vou apresentar a prestação de contas do exercício de 2017 do Município de Idanha-a-Nova. Relativamente à execução orçamental a nível da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

receita tínhamos uma previsão de 23 572 066,44 euros e conseguimos 20 375 646,64 euros a que corresponde uma percentagem de 86,44 % ao nível de execução. Em termos de despesa a previsão era a mesma que a receita e ficamos com uma execução de 17 802 383,05 euros, o que representa um nível de execução de 75,52 %. De referir que aqui em relação às receitas e às despesas, em termos de despesa de capital ficamos com um nível de execução inferior porque, e conforme se comprova nos documentos da prestação de contas, tínhamos alocados muitos projetos candidatados e por motivos do quadro comunitário não se realizaram no ano de 2017 e por esse motivo as despesas de capital ficaram com um nível de execução inferior relativamente aos outros, e consequentemente as receitas de capital tiveram um nível de execução baixo pelas mesmas razões.

A nível de execução da receita e em termos de capítulos e a nível de impostos diretos, temos um montante executado no valor de 1 843 495,26 euros, de impostos indiretos, 11 368,46 euros, de taxas multas e outras penalidades, 75 908,64 euros, de rendimentos de propriedade, 657 267,65 euros, de transferências correntes, 11 245 483,83 euros, de venda de bens e serviços correntes, 1 461 962,00 euros, outras receitas correntes, 149 532,57 euros, venda de bens de investimento, 17,96 euros, transferências de capital, 1 676 679,12 euros, passivos financeiros, 2 560 000,00 euros, outras receitas de capital, 4 986,90 euros, reposições não abatidas aos pagamentos 5 982,87 euros e o saldo da gerência anterior de 641 308,68 euros. Em termos de receitas o montante de maior valor tem a ver com as transferências correntes vindas do orçamento de estado e a nível dos graus de execução, como já foi referido anteriormente, foi de 86, 26%. Comparando com os anos anteriores a taxa de execução no capítulo da receita a mesma aumentou em relação ao ano de 2016.

Relativamente à execução do orçamento da despesa a nível dos montantes executados de despesas pagas com pessoal temos 4 191 051,20 euros, em aquisição de bens e serviços temos 7 307 191,09 euros, em juros e outros encargos 46 490,22 euros, em transferências correntes temos 2 312 500,74 euros, em subsídios 26 798,77 euros, em outras despesas correntes 174 237,21 euros, em Aquisição de bens de capital temos 1 857 805,98 euros, em transferências de capital temos 1 088 962,10 euros, em ativos financeiros temos 134 733,00 euros, em passivos financeiros temos 662 612,68 euros, e portanto isto perfaz o montante total de 17 802 383,05 euros, com uma taxa de execução 75,52%.

A execução das ações mais relevantes por classificação funcional foi em funções gerais de 31,00%, as funções económicas 26,00%, as funções sociais 21,00% e outras funções 22,00 %.

Em termos do ativo corrente e tendo por base a legislação corrente que diz que o orçamento tem que prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e a regra o equilíbrio diz que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo. Ora como a receita corrente bruta foi de 15 486 671,11 euros, a despesa corrente bruta foi de 14 058 269,29 euros e as amortizações de empréstimos foi de 588 845,74 euros verificamos que houve um saldo corrente de 839 556,08 euros, o que significa que o município de Idanha-a-Nova cumpriu a regra do equilíbrio.

Relativamente ao balanço que é onde está refletida a situação patrimonial do município, o total do ativo bruto é de 137 073 996,04 euros, o total das amortizações é de 51 363 105,27 euros, o total das provisões é de 1 017 318,31 euros e o total do ativo líquido é de 84 693 572,46 euros, a nível de fundos próprios é de 61 141 148,66 euros e o total do passivo é de 23 552 423,80 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

Relativamente aos proveitos do ano de 2017 temos em vendas de bens e serviços 1 645 833,09 euros, em impostos e taxas temos 1 888 372,04 euros, em transferências e subsídios obtidos temos 12 880 002,38 euros, em outros proveitos operacionais temos 51 021,49 euros, em proveitos financeiros 775 285,93 euros em proveitos extraordinários temos 1 480 080,04 euros, o que perfaz um total de 18 720 594,97 euros.

A nível dos custos tivemos em aquisição de bens e serviços externos 9 025 760,29 euros, em custos com o pessoal tivemos 4 142 091,78 euros, em transferências e subsídios concedidos tivemos 2 254 481,00 euros, em amortizações tivemos 2 912 915,33 euros, em provisões tivemos 24 896,72 euros, em outros custos operacionais tivemos 101 276,64 euros, em custos financeiros tivemos 53 277,28 euros em custos extraordinários tivemos 1 182 251,03 euros, o que perfaz um total de 19 696 923,12 euros.

Relativamente à demonstração de resultados, em resultados operacionais tivemos 1 996 165, 81 euros negativos, em resultados financeiros tivemos 722 008,65 euros positivos, de resultados correntes tivemos 1 274 157,16 euros negativos, isto faz com que o resultado líquido do exercício no ano de 2017 representa 976 328,15 euros negativos e este resultado líquido inclui amortizações e provisões no valor de 2 937 785,05 euros negativos e isto faz um saldo de gerência de 2 573 263,59 euros positivos. De referir que o valor do resultado líquido do exercício sendo negativo vai ser incorporado na conta dos resultados transitados.”

Terminada a apresentação dos documentos da conta, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ começo por agradecer à autarquia por nos facultar uma vez mais um documento que permite uma leitura clara sobre a atividade desenvolvida em 2017 e respetiva prestação de contas. Este documento reflete a continuidade da atividade dinâmica que tem vindo a consolidar a visão estratégica deste executivo, cujo investimento presente neste relatório tem obtido resultados na melhoria da qualidade de vida para a população do nosso concelho e na captação de mais empresas, mais economia, mais riqueza e emprego. A câmara municipal continua a ter, como grandes apostas as áreas da educação, da saúde, segurança, da ação social e da economia, estas apostas também são para o Grupo Municipal do Partido Socialista as prioridades do nosso concelho.

Posto isto, felicitamos os dados extremamente positivos na área da educação com o aumento do número de alunos nas nossas escolas, com mais turmas e mais professores ao qual não será alheio o grande apoio que a autarquia dá à comunidade escolar, professores, funcionários, alunos e famílias. Da alimentação ao transporte, manuais escolares, propinas, atividades de enriquecimento curricular, ATL's, são muitos os apoios municipais bem conhecidos por todos nós. Na área da saúde, destaco as parcerias que têm permitido reforçar a prestação de cuidados de saúde no concelho, e dou como exemplo o acesso a consultas gratuitas de especialidade, desde a clinica geral à neurologia, oftalmologia e dermatologia. Fizeram-se operações às cataratas, consultas de dermatologia, de neurologia, medicina interna, clinica geral em complementaridade com o serviço nacional de saúde e reduzindo as listas de espera destas especialidades. Estas são ações concretas que demonstram uma verdadeira preocupação com a qualidade de vida das nossas gentes na área da saúde. No dia-a-dia o contato próximo com as IPSS's tem sido fundamental neste trabalho que garante mais e melhores condições aos nossos séniores.

A economia é outra área onde a autarquia tem uma atividade estratégica. Todos reconhecemos que a câmara de Idanha-a-Nova tem a preocupação permanente de dinamizar a atividade económica através de medidas de apoio às empresas existentes, à criação de novas empresas que aqui se queiram instalar. Os produtores do concelho sabem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

que a câmara tem estado sempre com eles desde a sua instalação ao apoio na produção e ao escoamento dos seus produtos e serviços. Neste contexto é do conhecimento geral que a incubadora de empresas de base rural é um projeto apontado como um bom exemplo em todo o país e a nível internacional tendo-se conseguido obter o reconhecimento como bio região, a única em Portugal, na rede europeia e mundial de bio regiões. 2017 foi um ano que projetou Idanha-a-Nova, foram realizados investimentos de grande notoriedade para o concelho permitindo demonstrar que Idanha-a-Nova tem capacidades para receber eventos diferenciadores e inovadores em áreas como o desenvolvimento do mundo rural, a Feira Raiana, o Fórum Mundial de Inovação Rural, a conferência da Nova Ruralidade e a Idanha Food Lab, trouxeram milhares de pessoas ao concelho, bem como especialistas de várias partes do mundo. Lembro também o encontro nacional da CPCJ e o concurso das 7 maravilhas de Portugal que promoveram Idanha-a-Nova e as nossas vilas e aldeias em todos os municípios do país. Com estas iniciativas Idanha tem-se afirmado a nível nacional e internacional como as distinções dos três selos da UNESCO, cidade criativa da música, integrando a reserva da biosfera do Parque do Tejo Internacional, da Naturtejo Geoparque mundial e também, enquanto bio região da rede internacional de eco regiões como responsável do Clube de Estrasburgo, rede de sessenta e seis cidades da Europa desde Portugal à Rússia, da Rede Avec, rede europeia de vilas e cidades culturais. Tais distinções beneficiam as atividades culturais e económicas no nosso concelho, nomeadamente o turismo. O forte investimento do município nesta área tem contribuído para o crescimento da oferta turística nas várias freguesias desde o alojamento local, restauração, turismo rural, termalismo, etc.

Hoje assistimos a milhares de visitantes durante todo o ano em todo o nosso concelho. Às nossas vilas e aldeias históricas vindo de todo o mundo. Aquando da última visita da senhora Secretária de Estado do Turismo para lançar projetos de financiamento para Monsanto aí foi referido os muitos milhares de visitantes que passaram por esta aldeia histórica durante todo o ano de 2017 oriundos de 65 países de todo o mundo.

Na estratégia desenvolvida pelo município de Idanha-a-Nova é evidente a relação de proximidade com espírito de cooperação com as diferentes entidades e instituições locais. Refiro muito em particular as juntas de freguesia pelo seu papel importantíssimo junto das populações mas também às IPSS's, às diferentes associações e às paróquias. A atividade desenvolvida por estas entidades tem merecido um grande apoio financeiro, logístico e humano da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova que se reflete na prestação de contas que hoje aqui estamos a discutir.

Os resultados destas muitas atividades refletem-se nos resultados que o município tem obtido não só na atratividade e crescimento do número de alunos desde o berçário até ao ensino superior, como o número de empresas e de novos habitantes. No ranking do Portugal City Brand em que as marcas dos municípios são medidas anualmente pelo seu desempenho nas áreas dos negócios, investimentos, no visitar de turismo e no viver talento, Idanha ocupa um honroso 33.º lugar dos 100 municípios da Região Centro e um honroso 117.º lugar dos 308 municípios de todo o Portugal. Idanha-a-Nova cresceu dez por cento em 2017, face ao ano anterior, destacando-se um muito honroso 32.º lugar no ranking nacional na taxa de novas empresas, bem como o 11.º lugar na procura de campismo, 17.º lugar no turismo rural sustentável em toda a região centro.

Era possível fazer diferente? Era, mas penalizaria inevitavelmente os idanhenses, a coesão económica e social. Há quem se inquiete com pouco e se exalte por antecipação. Para quem critica os resultados do exercício convido-os a fazer uma pequena viagem panorâmica pelos municípios nossos vizinhos para compararem. Verificarão com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

certeza e com prazer que Idanha teve um resultado, se não melhor, pelo menos em linha com os municípios com melhores desempenhos.

Mas há ainda que detalhar dois aspetos sobre as contas e que refletem a capacidade de antecipação do município que é de saudar, em 2017 foram recebidos 241 mil euros a mais do que o município teria direito nos projetos INTEREG caso não tivesse no momento certo executado as despesas em sobre execução. Idanha fez, neste caso, o que outros tentaram sem sucesso e começou a obter o retorno. O nível de execução orçamental continua a ser bom porque a gestão financeira tem sido equilibrada. O saldo corrente de dois milhões de euros e o índice de endividamento autárquico de 27% denotam bem a boa saúde económica e financeira da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Registo também que o Município de Idanha-a-Nova mantém com os seus fornecedores e parceiros uma relação de confiança mutua, assumindo assim os seus compromissos financeiros e ao mesmo tempo uma grande capacidade de investimento e aproveitamento de oportunidades na coesão económica e social.

Naquele que foi mais um ano cheio de sucessos e desafios destaco mais alguns momentos, reabertura da EB1 de Monsanto, encerrada no anterior governo por falta de visão estratégica, entrada em vigor dos novos regulamentos dos apoios sociais e do cartão raiano, os quais aumentaram os benefícios para os idanhenses, a introdução do apoio na realização de obras na habitação própria e permanente para jovens que optem por residir em áreas de reabilitação urbana, o aumento do valor global da comparticipação de beneficiações e manutenções de habitação, a ajuda às populações mais carenciadas com a comparticipação nas despesas com lares, centros de dia e apoio domiciliário, o alargamento dos apoios na área da educação aso estudantes do ensino superior privado em Portugal ou no estrangeiro, criação do tarifário especial de água com duas vertentes, uma para famílias numerosas e outro para famílias com baixos rendimentos. A estratégia Recomeçar cumpriu o seu terceiro ano em 2017 e até agora foram acompanhados 334 projetos envolvendo 1018 indivíduos que originaram 481 ações de acolhimento. Estes números demonstram a forma dinâmica como a autarquia tem desenvolvido este programa estratégico.

Idanha tem um rumo, uma estratégia, é uma referência de sustentabilidade e de produção biológica, está na linha da frente na persecução de políticas prioritárias no século 21 e que terão primazia no próximo quadro comunitário.

Toda esta estratégia para que em Idanha se viva bem, com grande longevidade e qualidade de vida.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João José Cabral que disse que “ confesso que tive alguma dificuldade na análise do relatório de contas, talvez por já não estar habituado a estas coisas, mas também porque também fui vitima do meu companheiro Paulo Baptista porque ele quer muito papel e no meio de tanto papel tive, como disse, alguma dificuldade na análise dos mapas e gráficos, mas não é minha intenção, de modo nenhum, desvalorizar ou sequer por em causa o trabalho exaustivo que está apresentado. Mas também não é com certeza para a maioria dos membros desta assembleia fácil de apreciar este relatório.

Fazendo uma análise básica e sucinta ao relatório, no capítulo das receitas de referir o baixo grau de execução das transferências de capital, apenas 39,95%, é o que costumamos dizer contar com o ovo na galinha, foram orçamentados 4 196 629,00 euros e só foram recebidos 1 676 679,12 euros, ou seja 86%, quando o mínimo permitido pelo POCAL são 85%. No capitula da despesa 65% do executado foi comprometido com despesa de pessoal e aquisição de bens e serviços, o que é preocupante já que quase a totalidade desta rúbrica também engloba mão-de-obra. Preocupante é também o valor gasto em despesas de investimento, mas aqui é ao contrário,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

já que não chegou sequer a metade do valor orçamentado. Na aquisição de bens de capital apenas foram executados 33, o que quer dizer que no ano passado praticamente não houve investimento porque este representa apenas 10% das despesas totais. Mais preocupante ainda é o resultado negativo do exercício em cerca de um milhão de euros e ainda por cima quando já se repete há três anos consecutivos. Se olharmos para os resultados operacionais e juntarmos as dívidas a terceiros ultrapassamos os três milhões de euros.

Diz-se que a comparação e o orçamento inicial e final, permite aferir da fiabilidade dos orçamentos, ora com desvios de três milhões de euros nas receitas e cinco milhões nas despesas, como podemos confiar.

Na execução anual do plano plurianual de investimentos constata-se também em que algumas rubricas nem sequer foram abertas, é o caso do turismo, da saúde, da habitação, da agricultura e as funções sociais, que o executivo tanto apregoa, não passaram dos 27%.

Quanto aos rácios, para um bom esclarecimento e aferição do estado financeiro da autarquia deveriam estar separados e devidamente explicados por rubricas para os podermos entender melhor, porque da maneira como estão descritos será para qualquer membro desta assembleia saber o que quer dizer cada rácio. Há rácios em que os valores do ano de 2016 para o ano de 2017 são completamente díspares, no género de 0% num ano e passam para 50% no outro, há justificações com certeza, mas não consegui descortinar. Achamos que de mereçamos uma explicação para, pelo menos, ficarmos com uma ideia se os valores apresentados são indicadores de boa ou de má gestão. Já agora porque não temos rácios de produtividade? Não haverá interesse por exemplo em saber qual a percentagem de funcionários relativamente à população do concelho? As despesas com pessoal relativamente às despesas de investimento? Também não consegui descortinar o mapa com a estrutura dos efetivos de pessoal por escalões etários e habilitacionais, achamos que teria interesse avaliar a evolução desse setor. Mais que saber o nome das pessoas pretende-se aferir das capacidades técnicas e de trabalho dos funcionários e da autarquia. É possível que esteja tudo no relatório, é possível, mas como não está explicado, eu não consegui que isso se tornasse visível.

Concluindo, volto a referir que não é minha intenção ferir suscetibilidades, mas deixamos o nosso contributo para uma possível apresentação mais simples, de leitura mais fácil para que a maioria de nós, que não temos formação na área, possamos perceber melhor, ficarmos mais esclarecidos e podermos votar com total responsabilidade.

Depois do que conseguimos apurar não ficamos com uma ideia, nem percebemos bem qual é a estratégia de desenvolvimento para o concelho, nem a curto nem a longo prazo. As execuções orçamentais são baixas, o investimento fraco e o aumento das despesas são indicadores da falta de controlo e da falta de critérios de gestão.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “respondendo aqui às questões colocadas, antes fazer aqui uma consideração sobre o relatório de contas apresentado e também das atividades desenvolvidas em 2017 queria dizer o seguinte, reste relatório reflete a nossa boa situação em termos económicos e financeiros e a nossa boa situação em termos económicos e financeiros mede-se pelos índices, que aliás o relatório anual da ordem dos contabilistas faz sair e que Idanha-a-Nova reflete durante estes últimos anos a boa situação económica e financeira. Um dos seus principais indicadores é o endividamento dos municípios e neste caso o endividamento do Município de Idanha-a-Nova. Podemos fazer uma comparação com o endividamento do país ou o endividamento até de alguns municípios próximo de nós ou no país. O Município de Idanha-a-Nova tem um limite da dívida total de 21 727 619,22 euros, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

seja este é o limite a partir do qual quando os municípios ultrapassam este limite têm que ter uma intervenção de saneamento financeiro. Dando um exemplo, o Fundão tem um limite ao endividamento de 31 640 580 euros e tinha uma dívida em 2016 de 66 141 132 euros, o que quer dizer que tem 314% de dívida assinalada. O concelho de Idanha tem 27%, ou seja a nossa dívida em 2017 foi de 5 906 000 euros, para o limite que é 21 000 000, na verdade o nosso nível de endividamento é de 27% e se compararmos com Portugal que tem 127%, nós temos uma enorme capacidade de endividamento, que é um dos indicadores mais positivos que o Município de Idanha-a-Nova apresenta.

Mas também sobre a execução orçamental as nossas receitas, um dos indicadores é também o nível de execução das receitas e o nível da execução das receitas está acima daquilo que é o indicador que possa ser negativo em vários anos quando ele acontecem, nós temos tido sempre boas execuções a nível das receitas e estas boas execuções o ano passado só foram prejudicadas pelas execuções de capital, que estão devidamente, e quando o senhor deputado falava que contávamos com o ovo na galinha hoje já não se fazem orçamentos que não esteja devidamente fundamentada onde é que vamos buscar aquela receita, há uns anos podia fazer-se isso mas hoje não, todas as receitas que estão consignadas têm uma fundamentação senão não podem lá estar. Em Idanha e penso que no tempo em que o senhor deputado Cabral estava no executivo sempre se fez de uma forma muito conservadora orçamentos, orçamentos em que se pensa efetivamente que se vem a ter como receita devidamente comprovada, mas havia outros municípios na região e no país que faziam orçamentos muito empolados e depois com níveis de execução de 40% ou 50%. Nós nunca fizemos e hoje não é possível fazer isso.

A nossa menor execução de receita foi na receita de capital, que são os programas comunitários que temos em execução e que por atraso dos próprios programas não foi possível o ano passado executar e estamos este ano a executar a maior parte deles, e portanto estas receitas, não estando executado a despesa de capital prevista não pode haver receita recebida, e o mesmo aconteceu com a despesa de capital, se não conseguimos boas execuções de receita de capital, também não conseguimos boas execuções na despesa de capital.

O que nota bem o nosso equilíbrio é que mesmo assim conseguimos mais receitas de capital do que a despesa de capital e também conseguimos mais receitas correntes do que despesa corrente, de tal maneira que o nosso saldo corrente, ou seja entre as receitas correntes que recebemos e a despesa corrente que efetuamos, tivemos um saldo positivo de dois milhões de euros. o que reflete de facto a nossa belíssima execução equilibrada.

O facto de termos um resultado líquido negativo e o resultado líquido negativo reflete sempre e o ano passado tivemos também um resultado líquido negativo porque fomos muito conservadores ao fazermos um conjunto de provisões que as regras contabilísticas não nos obrigam a fazer e que tem a ver com os tais processos de recuperação do IVA, apesar de termos a percepção de que aquela receita será a nosso favor, mas pelo sim pelo não fizemos as nossas provisões como tem sido apanágio desta casa. Portanto o nosso resultado líquido negativo reflete uma realidade que também já foi aqui referida que são as muitíssimas amortizações que temos pelo nosso muitíssimo grande ativo do nosso património e que é um trabalho que vamos continuar a fazer para que a nossa situação patrimonial seja cada vez mais clara e perfeita em termos contabilísticos.

A nossa realidade económica e financeira permite-nos que nós sejamos um agente económico, porque a câmara municipal é um agente económico, que não tem por finalidade gerar lucros, mas tem que manter a sua situação equilibrada em termos económicos e financeiros para que esteja no mercado económico a aproveitar oportunidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 6 DE 28-04-2018

a bem das populações, em termos sociais e em termos da economia, é a nossa coesão económica e social que para nós é o mais significativo. Diremos nós que o nosso grande investimento agora não é tanto a fazer grandes obras, mas a apoiar a economia e as atividades económicas e as atividades sociais. E portanto isto na nossa contabilidade não se reflete em investimento de capital, reflete-se naquilo que eu digo, em investimento de despesa corrente, mas que é isso que nos trouxe e trará resultados que já foram aqui falados, de estarmos a infletir nos fluxos migratórios, estarmos a conseguir aumentar, e é um dos indicadores mais importantes, o número de alunos no concelho desde o berçário até ao ensino superior e crescemos cerca de 11% e estamos a abrir turma e escolas, estamos em 32.º lugar na taxa de novas empresas nos municípios de todo o país e estamos satisfeitos, não, ma são bons indicadores. São indicadores que estamos a conseguir com os nossos investimentos, com os investimentos que estamos a fazer e que estamos a canalizar a obter de facto resultados que no curto prazo, mas sobretudo no médio prazo, virão trazer para Idanha mais desenvolvimento, mais economia, mais criação de riqueza e mais criação de emprego, e ao mesmo tempo que estamos a trabalhar naquilo que é importante, que é a questão do viver em Idanha com qualidade na educação, na saúde, em oferta de segurança, para que as gentes que aqui vivam se sintam bem em viver cá e com isso consigam também que outros que são da nossa diáspora ou novos idanhenses queiram viver em Idanha-a-Nova. Esta tem sido a estratégia que se reflete no relatório que apresentamos aqui com resultados que são exatamente estes.

E evidente que quando se fala aqui dos rácios de produtividade por causa dos funcionários, nós assumimos da a necessidade de termos quadros de gente jovem qualificada que muitos deles até tiraram a sua formação na Escola Superior de Gestão, no Instituto Politécnico de Castelo Branco, na Universidade da Beira Interior que tendo ficado na região, nós assumimos esta função da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova em ter aqui um papel importante, porque a câmara municipal é dinamizadora da atividade económica e social que gostaríamos que fosse muito mais iniciativa privada, se ela fosse extremamente pujante como acontece em municípios do litoral e grandes municípios de áreas urbanas, o que não é o caso de Idanha. Portanto a câmara tem que ter aqui um papel importante e o índice do número de funcionários do concelho de Idanha, tendo nós sempre cumprido os rácios e a obrigatoriedade que durante os últimos anos, até pela nossa boa situação económica e financeira, sempre nos impuseram mas que cumprimos, mas agora também nos permite, daí que este ano estejamos a fazer um conjunto de concursos para entrarem mais colaboradores na câmara municipal, nomeadamente em algumas especialidades importantes para esta nossa estratégia.

Esta é a realidade do relatório de contas e da atividade desenvolvida no concelho de Idanha no ano de 2017 e o que pedimos é que a Assembleia Municipal aprove este relatório de contas do exercício de 2017.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Susana Martins que disse que “ aguardávamos de facto explicações do senhor Presidente da Câmara relativamente às contas do exercício de 2017 e apenas duas notas, quando nós votamos este orçamento mostramos aqui algumas preocupações designadamente com a capacidade de captar receitas de investimento e com a capacidade de a realizar. O senhor presidente vem tentando tranquilizar com a contratação de especialistas na área, de ir aos chamados overbooking para captar esse tipo de investimentos, mas chegamos a esta fase e percebemos que não foi minimamente suficiente porque atingimos até, e se verificarmos a evolução, neste ano ficamos aquém dessa captação de receita de capital e ficamos aquém desse investimento. Permite-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

concluir, salvo melhor entendimento, que se não conseguirmos as candidaturas aos apoios comunitários não vierem em tempo útil, então esta câmara municipal não realiza investimento, não realiza obra, eu bem sei que não é preocupação em construir rotundas, como já aqui nos informou, mas há obras neste concelho que é necessário fazer, há manutenções que é necessário fazer, senão olhamos para o resto do país e temos a situação que vemos, hospitais sem quaisquer obras, crianças e pessoas que estão em alas hospitalares sem qualquer tipo de condições, estradas por este país fora, pontes, etc. e olhamos para o resto do país e vemos o que poderá acontecer neste concelho. Se efetivamente a capacidade de realizar obra e investimento, quando fica aquém e segundo a explicação que nos foi feita que tentaram explicar, nós temos que olhar aos números e fazer as respetivas interpretações, bem não ficou bem como nós pretendíamos mas porque as candidaturas ou os pagamentos este ano atrasaram, mas também temos que ter capacidade própria e é essa a nossa preocupação. Há mas temos um saldo de dois milhões de euros, mas não nos esqueçamos que esse advém de quê? Dos empréstimos que entretanto foram contraídos, esse é um saldo que não é nosso, estamos a deve-lo à banca e portanto, tal como na altura dissemos quando veio aqui a aprovação para a contração desse empréstimo, servem obviamente para pagar despesa corrente. É preciso manter-nos atentos, obviamente que estamos dentro dos parâmetros, e ninguém põe isso em questão, estamos dentro dos itens, e ainda bem que eles existem, para a nossa despesa e o nosso orçamento não resvalar, mas há aqui alguns pontos que também temos que saber ler e interpretar. Nesta medida o grupo municipal do PSD/CDS irá votar contra a prestação de contas.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ o facto de não termos na nossa estratégia fazer rotundas como referiu, mas por acaso até temos um conjunto de rotundas para fazer em Idanha, agora posso-lhe dizer uma vez que perguntou, todas as despesas que nós temos previstas e no nosso orçamento este ano, o ano passado tínhamos previsto isto mas que só este ano é possível concretizar, são de programas comunitários aprovados e só, por exemplo para a manutenção de edifícios municipais, e estamos a fazer o levantamento de todos os edifícios municipais para medir a sua eficiência energética e fazer investimentos desta natureza e só aí vamos investir cerca de um milhão de euros e estamos a falar de obra, como aqui em Idanha para além, e foi sempre uma contestação nossa que o programa comunitário para a reabilitação urbana devesse ser para as áreas urbanas e no concelho de Idanha são as nossas vilas e aldeias incluindo, como é evidente, a sede do concelho, e não foi assim o entendimento do governo anterior quando aprovou este programa comunitário e portanto temos um investimento previsto de mais de um milhão de euros a concretizar, as obras estão lançadas. Ainda em termos de eficiência energética vamos investir também em toda a iluminação que temos no concelho de Idanha para que ela seja por sistema LED. Portanto a manutenção das nossas vias temos feito esse trabalho, a otimização do nosso sistema de águas e saneamento que é absolutamente fundamental e temos feito aí muito investimento na sua inventariação, no seu cadastro porque é fundamental sabermos que temos uma rede já muito antiga e portanto precisamos de saber os eu estado de situação, freguesia a freguesia, para depois sabermos os investimentos a fazer. Portanto quando eu digo não vamos fazer obra, em termos estratégicos as obras no concelho de Idanha não é a nossa estratégia, mas temos muito investimento que fazer nessa área na manutenção, e só no levantamento que temos feito e agora com a Universidade Nova fizemos um estudo sobre a eficiência energética no concelho de Idanha e portanto temos um estado de saúde dos nossos edifícios municipais daí o podermos intervir para poder melhorar o que temos a



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

melhorar. Temos identificados cerca de 335 edifícios locais que são municipais, um número bastante significativo, onde temos contadores de luz a gastar energia, e portanto nós temos que tornar tudo isto eficiente e esse é o nosso grande desafio, e acredito que é um enorme desafio mas que nós vamos levar por diante, como é a questão da água que estamos agora a fazer o cadastro que é também um enorme desafio pela extensão, são 1417 quilómetros quadrados com povoações tão dispersas e é aí que têm que estar os nossos esforços em termos do investimento de capital, não tanto a fazer coisas novas, haverá sempre algumas que têm que ser feitas, mas á a manutenção e tornar todos estes sistemas mais eficientes na gestão da água e da energia.

Quando nós falamos no saldo corrente é receita corrente e despesa corrente e entr5e a receita corrente e a despesa corrente que tivemos o ano passado, o saldo é de dois milhões de euros, e o nosso empréstimo é receita de capital para despesa de capital e não é para despesa corrente, ainda não está totalmente utilizado porque as obras, nomeadamente as dos programas comunitários estão agora a decorrer.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que se iria proceder à votação da proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017, tendo-se apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: três, - João José Cabral, José João Remédios e Susana Martins (PSD);

Votos de abstenção: um – Maria de Lurdes Boavida (CDU);

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018 – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma apresentação prévia sobre o assunto.

O senhor Presidente da Câmara solicitou autorização para que a doutora Carla Santos, chefe da Divisão Financeira e Patrimonial da Câmara fizesse uma explicação plausível sobre a proposta enviada.

Devidamente autorizada a doutora Carla Santos disse que “ relativamente a esta 2.º revisão refere-se praticamente à incorporação do saldo de gerência do ano anterior no orçamento deste ano e à incorporação de 50 000,00 euros de receita consignada relativa a uma rúbrica nova que tivemos que abrir este ano e justamente tem a ver com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

questões dos incêndios e com os trabalhos coercivos provavelmente que o município terá que fazer na sequência da limpeza de florestas e daquilo que é a legislação. Foram anexados os documentos relativos às modificações ao orçamento, onde vamos incorporar então os valores referentes a esta revisão, quer a nível da receita corrente quer a nível de receita de capital. Nesta revisão foi ainda reclassificada uma rúbrica porque em termos de orçamento tinha sido classificada em receita corrente, e como tem a ver com beneficiação de habitações, por norma todas as despesas imputadas a esta rúbrica são despesas de capital.”

Terminada a intervenção da doutora Carla Santos, o senhor Presidente informou que estava aberto o período de inscrições para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018 a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: quatro – João José Cabral, José João Remédios, Susana Martins e Maria Lurdes Boavida;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, QUATRO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ANO FINANCEIRO DE 2018.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA MARROCOS EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve explicação sobre o assunto.

O senhor Presidente da Câmara disse que “ sobre este assunto vou pedir depois ao engenheiro Pedro Dias que tem acompanhado este processo e que virá aqui, naquilo que pensamos ser a versão final, para podermos fazer depois o concurso público internacional da casa Marrococos em Idanha-a-Velha para aquilo que nós denominamos o Hotel do Templo, mas obviamente isto é o nome do projeto e quem, e esperamos que haja um ganhador neste concurso



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

público o que será bom para todos nós chamar-lhe-á Hotel do Templo ou aquilo que entender, também não faremos nenhuma questão de obrigatoriedade que seja este o nome da unidade hoteleira.

Dizer-vos que desde a última sessão da assembleia até agora houve necessidade de fazer mais uma alteração, em colaboração com o Turismo de Portugal, que em conjunto com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova está a gerir este processo, mas será a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova que vai lançar o concurso público internacional porque a Casa Marrocos é propriedade da Câmara Municipal e por isso será a Câmara Municipal a fazer esse concurso.

Estando adjudicado este concurso público depois o ganhador, que esperemos que aconteça, tem depois acesso no programa REVIVE a financiamento para fazer o investimento nesta unidade hoteleira.

Vou pedir ao engenheiro Pedro Dias que faça uma explanação da alteração desde a última sessão da assembleia municipal, que são pormenores, mas nós deliberamos enviar de novo o processo completo que é aquilo que os senhores deputado têm na vossa posse.”

O engenheiro Pedro Dias disse que “o imóvel Casa Marrocos faz parte do âmbito do Programa REVIVE, programa lançado pela administração Central, nomeadamente a Direção Geral do Tesouro e Finanças, da Cultura e Turismo de Portugal. O que é que é pretendido com este processo? Que o património edificado esteja acessível e que seja reabilitado. Que esteja acessível a novos investimentos privados e simultaneamente seja promovida a reabilitação desse património. Este programa contempla 33 imóveis a nível nacional, do qual a Casa Marrocos faz parte e atualmente já foram lançados quatro concursos, estando três já adjudicados, numa modalidade diferente daquela que nós aqui trazemos, porquê? Porque foram os primeiros e o documento que foi apresentado na última sessão desta assembleia previa a concessão do direito de superfície e por indicações e por análise dos processos isto não seria o mais correto, em vez do direito de superfície uma concessão de exploração e daí ter sido feita toda esta alteração a nível das peças processuais e terem sido convertidas de direito de superfície para concessão de exploração e ficando só abrangido pelo código de procedimentos de contratos públicos.

Portanto os que já foram lançados até à data foram, Convento de S. Paulo da Câmara Municipal de Elvas, o Pavilhão do Parque D. Carlos I, da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e o Hotel de Turismo da Guarda, estes todos foram através do direito de superfície. Encontram-se a decorrer os concursos a Quinta do Paço do Valverde em Évora e o Colégio de S. Fiel e a Coudelaria de Alter do Chão. Ou seja dos 33 estamos a falar de 7 em concurso ou adjudicados, e nós pretendemos ser os próximos a lançar o concurso.

Nestes termos foi feito o nosso caderno de encargos e o programa de concurso, deixou de ser concurso público para ser um concurso limitado com prévia qualificação, figura prevista no Código de Contratos Públicos e prevê-se que a concessão seja feita por um período de 50 anos, que haja uma contrapartida financeira para o município no valor de vinte e cinco mil euros anuais, que o imóvel se destina a um empreendimento turístico. O programa de procedimento meramente é a formalidade do concurso em si que irá decorrer em duas fases, previamente uma apresentação prévia de candidaturas em que vai haver depois uma avaliação financeira, económica e técnica dos candidatos e depois os que observarem e conseguirem ultrapassar serão convidados a apresentar uma proposta.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

Terminada a intervenção do engenheiro Pedro Dias, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ quando foi da primeira abordagem deste empreendimento a nossa posição foi no sentido da abstenção, pela grandiosidade, pela complexidade e pela dúvida do futuro, e essa dúvida ainda se mantém porque o futuro não sabemos como vai acontecer, mas depois de ler com mais atenção decidimos que há ali umas condicionantes do concessionário que me são muito gratas, uma tem a ver com o ambiente, portanto há uma condicionante no caderno de encargos que obriga a questões ambientais inclusivamente a consumir produtos biológicos e cuidados com o ambiente, e outra que é servir de escola para o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Isso quanto a mim é muito vantajoso porque realmente é naquele meio ambiente de profissão que as pessoas vão treinar.

Claro que se mantém a dúvida quanto ao futuro porque nunca sabemos o que é que vai acontecer, mas a conjuntura do país e a esperança que nós temos, e o empenho que nós temos no desenvolvimento do concelho e a conjuntura turística do país e que estamos também a puxar para o concelho, e era bom fazermos essa força toda em conjunto, permite-nos realmente alterar o nosso sentido de voto, pelo que iremos aprovar o empreendimento.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ efetivamente demoramos mais algum tempo porque em primeiro lugar de todos os projetos que estão no programa REVIVE, e que não conhecemos todos naturalmente, fizemos questão, já há vários anos que estamos a trabalhar em podermos ter um levantamento muito profundo sobre o edifício porque como sabem, ao contrário de muitos dos outros sítios, o edifício está dentro de uma povoação classificada como património nacional que é Idanha-a-Velha. Até para ajudar os promotores, e também para nossa defesa em termos patrimoniais, fizemos um levantamento e um trabalho, em termos de arquitetura e de especialidades, o que será mais fácil para os promotores que se candidatarem, poderem ter já consigo um trabalho muito profundo e que demorou muitos anos a fazer com as nossa equipas e com contratações de serviços nas áreas das especialidades pela sua complexidade e de alguns estudos arqueológicos que as nossas equipas também precisaram de apoio para poderem reforçar o seu trabalho, daí que para além das questões que referiu, que para nós também são cruciais que são as questões ambientais e é aqui que é um projeto inovador em Portugal com a formula que estamos aqui a apresentar com algumas empresas que se instalaram em Idanha e que nos estão a apoiar para podermos medir o desempenho ambiental que os promotores querem ter ali, e isso vai ser algo muito inédito.

A questão que disse, e muito bem e para nós também é importante e significativa até para reforçar a nossa Escola Superior de Gestão e os cursos de gestão hoteleira e gestão turística e as parcerias que estão a desenvolver na área do turismo, que houvesse esse compromisso com os promotores que se vão instalar. E um outro aspeto que também é medido é a questão da cultura, ou seja, quem vem vai ter que nos dizer qual é a sua política cultural para poder preservar aquele local, nomeadamente o património cultural que é absolutamente rico.

Portanto é o conjunto de todos estes fatores, não querendo nós complicar a vida aos promotores, mas é absolutamente crucial que quem venha, e daí o concurso que estamos a fazer, tenha a sensibilidade para estas áreas, porque pode fazer daqui um projeto muito diferenciador e isso é o que todos nós gostaremos que assim seja.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018**

Também vamos medir, como está descrito no caderno de encargos, a situação económica e financeira dos promotores, e esta referência também foi por nós estudada e aí também queremos ser um pouco, com a preocupação que aqui demonstrou, que é, e se a Casa Marrocos fosse no centro de Lisboa provavelmente teríamos os maiores grupos económicos e melhores do mundo a concorrer, aqui temos que ter algumas cautelas para que o grupo que possa ser ganhador nos ofereça a melhor segurança possível em termos económicos, em termos ambientais e em termos culturais, daí a nossa preocupação em fazer isto.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA MARROCOS EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE, a votação tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – João José Cabral, José João Remédios e Susana Martins;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta da Câmara municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA MARROCOS EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor José Boavida que disse que “ hoje o nosso Presidente da Câmara obrigou-me a vir aqui porque estive aqui a falar acerca do que se passa lá no Boom com os portões e eu que normalmente estou presente nestas assembleias, já ouvi aqui falar mais que uma vez que é preciso ver qual é o enquadramento jurídico das coisas, tendo referido que em Espanha foram feitos os registos dos caminhos, mas nós para registos prediais somos muito fracos, mas não quer dizer que estejamos tão descalços que não possamos invocar outras coisas. A nossa Constituição da República tem lá bem escarrapachado que as margens dos rios e a orla marítima são de domínio público e não pode ser um privado que chega ali tranca um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

portão e impede o acesso a um domínio público, isso é absolutamente ilegal. Depois nós pomo-nos numa de ficar a jeito, às vezes até arrastamos um pouco os pés e isso só joga a favor de quem prevarica porque o senhor Presidente até admitiu que depois íamos falar com eles. Nós não temos que falar com eles, nós temos é que dizer que eles não podem fazer o que estão a fazer, pura e simplesmente, a lei protege-nos nesse aspeto. E venho aqui falar disto porquê? Porque eu vejo um desvario completo em todo o concelho de portões que são colocados aqui, que são colocados acolá, de servidões que têm séculos e que são absolutamente extintas porque houve um proprietário que decidiu por ali um portão e acabou, aquilo é tudo dele e não há mais nada para ninguém. Alguma coisa está mal aqui, eu tenho uns terrenos na Zebreira, isto a jeito de exemplo, onde me deslocada de uns para outros através de uma servidão, um dia o senhor comprou aquilo e é bastante conhecido aqui na zona, e pôs lá uma rede, mas eu já estava prevenido e levava um alicate e cortei a rede e passei. Pouco tempo depois passei por lá e estava lá uma vala e tirei com umas pedras para dentro da vala e passei e mais tarde encontrei-o no café e disse-lhe, o que é que o senhor anda a fazer, então o senhor não sabe o que é uma servidão? Numa servidão que está constituída o senhor não tem o direito de por lá os dedos. Arranjou mil e uma desculpas para dizer que não tinha sido ele, tinha sido alguém mas ele não foi.

No entanto isso levou-me, para que ele não tivesse mais problemas, agora faço isto, saio do terreno, venho à localidade e aquilo que eu fazia em menos de um quilómetro agora tenho que fazer cinco.

Estas situações repetem-se em Salvaterra, em Segura, e noutros lados e depois perante a nossa indiferença, e eles sabem muito bem que o tempo joga a favor deles, o nosso arrastar de pés dá-lhes direitos e eles também sabem que as servidões também se extinguem por não uso e por isso assistimos aqui a um regabofe que realmente me deixa frustrado.”

Terminada a intervenção do senhor José Boavida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente d Câmara que disse que “obviamente aquilo que disse vou responder e a questão dos caminhos e dos acessos aonde quer que seja, à barragem, ao rio, sentimos muito essa preocupação, e nós temos feito, e como sabem no concelho de Idanha temos muitos percursos pedestres e isso tem sido um problema porque quando passamos numa propriedade dependemos muito da boa vontade dos proprietários, em muitos casos e às vezes em caminhos que nos contam que eram caminhos públicos por onde passavam as pessoas e que hoje por razões que sabemos deixaram de passar, não é uma situação tão fácil como o senhor conta, e porque nós temos vivido e temos aqui até tentado gerir conflitos, porque a última coisa é conflitos dessa natureza deem em violência que infelizmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 6 DE 28-04-2018

de vez em quando acontece e nós nessa dificuldade entre proprietários, em que se diz eu o muro é meu ou não é meu, o caminho é meu ou não é meu, é muito complicado mesmo em termos jurídicos. Eu entendo que o caminho que temos estado a seguir e que continuaremos a seguir que é este por causa do nosso levantamento de todo o concelho de Idanha na área de prevenção de incêndios é o caminho mais pacífico para conseguirmos a pouco e pouco irmos definindo regras, caminhos que são públicos. Mas isto vai demorar algum tempo, mas esse vai ter que ser o nosso trabalho, apoiado e acessado em termos jurídicos e em alguns casos e sempre que há conflitos quem decide é sempre o tribunal, mas essa é sempre uma situação complexa, não é fácil, mas não quer isto dizer que deitamos a toalha ao chão e agora que se resolvam as coisas por elas próprias, não, nós entendemos que a melhor forma, e já referi aqui que o exemplo de Espanha seria o exemplo para nós seria interessante podermos naquilo que hoje sabemos que é claro para todos registar os caminhos em termos de conservatória e os direitos de passagem, estando as coisas registadas isso tem força de lei e esse tem que ser o nosso caminho, mas é um trabalho a fazer e nós pensamos que através da proteção civil será possível, porque hoje as pessoas estão mais sensíveis a isso e se ocorrer um incêndio ou outra situação de emergência nós vamos ter que passar e o senhor vai ter que nos deixar passar, o senhor vai ter que abrir o portão e ter o portão disponível, e portanto isto consegue-se de uma forma pacífica resolver muitas situações.”

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.